

**PROCESSO** - A.I. Nº 46591303/90  
**RECORRENTE** - FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL  
**RECORRIDA** - FRANCISCO PAULO DE S. SALVADOR (BANCO REAL S/A)  
**RECURSO** - REPRESENTAÇÃO DA PROFAZ  
**ORIGEM** - IFMT – DAT/METRO  
**INTERNET** - 24.07.02

## **1ª CÂMARA DE JULGAMENTO FISCAL**

### **ACÓRDÃO CJF Nº 0272-11/02**

**EMENTA:** ICMS. IMPROCEDÊNCIA DO PROCEDIMENTO FISCAL. Representação proposta de acordo com o art. 119, II, da Lei nº 3.956/81 (COTEB), alterada pela Lei nº 7.438/00, tendo em vista a inoccorrência do fato gerador do imposto, por tratar-se de circulação de matérias não conceituados como mercadorias (Portaria nº 739, 14.12.84). Representação **ACOLHIDA**. Decisão unânime.

### **RELATÓRIO**

A Procuradoria da Fazenda Estadual representa ao CONSEF, com base no artigo 119, II, do COTEB, (Lei nº 3956/81), alterada pela Lei nº 7.438/00, para que seja declarada a IMPROCEDÊNCIA deste Auto de Infração, em face da não ocorrência do seu fato gerador embasador.

### **VOTO**

Neste processo, ao analisar-mos as suas peças componentes, verificamos que o fato glosado não constituiu circulação de mercadorias. Além do mais, o DICO se pronunciou neste sentido, e a PROFAZ emitiu parecer consubstanciado na mesma direção, logo, perfeita e fundamentada esta Representação, a qual, fica neste momento integralmente ACOLHIDA.

### **RESOLUÇÃO**

ACORDAM os membros da 1ª Câmara de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, ACOLHER a Representação proposta.

Sala das Sessões do CONSEF, 11 de julho de 2002.

ANTONIO FERREIRA DE FREITAS - PRESIDENTE

MAX RODRIGUEZ MUNIZ – RELATOR

SYLVIA MARIA AMOÊDO CAVALCANTE - REPR. DA PROFAZ